REQUERIMENTO Nº 046/2018.

Em, 19 de abril de 2018.

REQUER AO EXMO. SR. CHEFE DO EXECUTIVO QUE INFORME DE MODO PLANILHADO O DÉBITO EXISTENTE DO MUNICÍPIO JUNTO A EMPRESA TERCERIZADA RESPONSÁVEL PELA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E A CONSEQUENTE PROGRAMAÇÃO REFERENTE À QUITAÇÃO DO DÉBITO EXISTENTE ATRAVÉS DOS REPASSES DA CIP – CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Cabo Frio

O Vereador que este subscreve, atendendo tudo mais o que determina o interesse público, Requer à Douta Mesa, na forma regimental, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Marcos da Rocha Mendes, Prefeito deste Município, solicitando que informe de modo planilhado o débito existente do Município junto a empresa terceirizada responsável pela iluminação pública e a consequente programação referente à quitação do débito existente através dos repasses da CIP – Contribuição de Iluminação Pública.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2018.

OSÉIAS RODRIGUES COUTO Vereador – Autor

JUSTIFICATIVA:

Considerando o requerimento de nº 218/2017 que fora aprovado e respondido a esta casa pelo Exmo. Prefeito.

Considerando que nos foi informado que o valor arrecadado em 2017 ultrapassa os 17 milhões no que tange a CIP – Contribuição de Iluminação Pública.

Considerando que também foi informado que o Município vem arcando com dívida de anos anteriores com a empresa que presta o serviço terceirizado.

E considerando por fim a necessidade de se buscar melhorias no que tange a iluminação pública do Município de Cabo Frio e principalmente no 2º Distrito, já que este carece de condições mínimas, se torna necessário o presente requerimento para que possamos ter uma programação de quando serão feitos novos investimentos a partir da ocorrência do equilíbrio financeiro no referido contrato em aberto e ora em vigor.

Os Munícipes são contribuintes da referida CIP – portanto os valores arrecadados precisam ser melhores empregados no que tange a reparação/manutenção dos postes e lâmpadas distribuídos por todo o Município. A população merece melhores condições na contraprestação dos serviços prestados. Sabemos que a iluminação pública nos dias atuais é primordial e essencial.

Nestas condições, solicitamos a aprovação por parte dos nobres Edis.